

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

GALP ENERGIA BRASIL S.A.

NA QUALIDADE DE VENDEDORA

E

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

Assinado por:

Assinado por:

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS.....	4
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO	12
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO	12
CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA	12
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS	14
CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA	21
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA	23
CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO	24
CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	26
CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO DO GÁS.....	26
CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS.....	27
CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS DO TRANSPORTADOR.....	28
CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO.....	29
CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	34
CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.....	37
CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO	40
CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.....	43
CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	43
CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.....	45
CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO	46
CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES	46
CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	48
CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA DE PAGAMENTOS.....	51
CLÁUSULA VINTE E QUATRO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES	53

**CONTRATO DE COMPRA E
VENDA DE GÁS NATURAL,
TENDO COMO PARTES,
GALP ENERGIA BRASIL S.A.
E COMPANHIA DE GÁS DA
BAHIA – BAHIA GÁS**

Pelo presente instrumento,

GALP ENERGIA BRASIL S.A., sociedade com sede na Av. República do Chile, nº. 330, 13º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 16.974.249/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de vendedora, doravante denominada “VENDEDORA”; e

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.432.153/0001-20, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada “COMPRADORA”.

VENDEDORA e a COMPRADORA, também denominadas, isoladamente, “PARTE”, e, quando em conjunto, “PARTES”.

CONSIDERANDO QUE:

- conforme disposto no Parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de GÁS canalizado, na forma da LEI;
- conforme contrato de concessão firmado em 06/12/1993, a COMPRADORA é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de GÁS canalizado no Estado da Bahia;
- a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de GÁS NATURAL do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- a COMPRADORA realizou uma Chamada Pública, no ano de 2024, para a celebração dos contratos de fornecimento de GÁS que atenderão as demandas do mercado cativo a partir do ano-calendário de 2025;
- a VENDEDORA deseja vender e entregar à COMPRADORA GÁS NATURAL, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido GÁS da VENDEDORA, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- a VENDEDORA é uma concessionária, outorgada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para exploração e produção de petróleo e GÁS NATURAL;

Assinado por:



Assinado por:



- a VENDEDORA possui a autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a prática da atividade de comercialização de GÁS NATURAL, dentro da esfera de competência da União;
- a compra e venda de GÁS objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de licitação prévia, com base na hipótese de dispensa de licitação prevista no Inciso I, Parágrafo 3º, do Artigo 28 da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural ("CONTRATO"), o qual será regido pelas cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, "controle" significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa cada período que:

(a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do MÊS de dezembro do ano em questão;

(b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do MÊS de dezembro do mesmo ano; e

(c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

O termo "ano" quando não grafado em maiúscula significará ano civil.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito na

CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.4.4(ii).

ÁRBITRO ÚNICO: significa o ÁRBITRO ÚNICO a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 16.4.4(i).

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de ARREDONDAMENTO abaixo descrito:

(a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser ARREDONDADO variar de 0 (zero) a 4 (quatro), o algarismo a ser ARREDONDADO manterá seu valor; e

(b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser ARREDONDADO variar de 5 (cinco) a 9 (nove), o algarismo a ser ARREDONDADO terá uma unidade somada ao seu valor.

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa a câmara responsável pela condução da ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTRATOS DE TRANSPORTE: significam os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA em conjunto, regulados pela ANP, celebrado pelas PARTES junto ao TRANSPORTADOR referentes às obrigações objeto deste CONTRATO, seus termos e condições, anexos e termos aditivos.

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA: significam os contratos de prestação de serviço de transporte regulados pela ANP, no regime de entrada, celebrados pela VENDEDORA com a TRANSPORTADORA necessários à entrega e programação do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE ENTRADA

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA: significam os contratos de prestação de serviço de transporte regulados pela ANP, no regime de saída, celebrados pela COMPRADORA com a TRANSPORTADORA necessários ao recebimento e programação do GÁS objeto deste CONTRATO nos PONTOS DE SAÍDA.

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos.

CSLL: significa a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

CRIANÇA: significa qualquer pessoa abaixo de 15 anos de idade ou a idade mínima legalmente prescrita para o emprego ou a idade para conclusão da educação obrigatória de acordo com as LEIS, o que for maior.

DIA: significa cada DIA calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do DIA de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília.

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar conjuntamente na Cidade de Salvador, no Estado da Bahia, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT): significa o componente da PARCELA DO TRANSPORTE, calculado conforme o item 5.2.3, expressa em R\$/m³, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.6.

Assinado por:



Assinado por:



ESCRavidÃO MODERNA: trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas na CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO.

FALHA DE FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, no PONTO DE ENTREGA em determinado DIA, de qualquer das seguintes hipóteses:

(a) Falta de disponibilidade de GÁS no PONTO DE ENTREGA de acordo com as disposições estabelecidas nesse CONTRATO, incluindo não cumprimento perante a TRANSPORTADORA as regras de programação previstas na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO; ou

(b) Desconformidade em relação à QUALIDADE DO GÁS, conforme estipulado na CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS.

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA DE FORNECIMENTO:

(i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

(ii) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;

(iii) ter a COMPRADORA retirado o GÁS em desconformidade na forma da CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS;

(iv) situações de PARADAS PROGRAMADAS e PARADAS EMERGENCIAIS DO TRANSPORTADOR; ou

(v) ser o fato atribuído a falhas ou indisponibilidade de capacidade no serviço de transporte não for causado diretamente pela VENDEDORA.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que, nas CONDIÇÕES BASE, se encontra no estado gasoso.

GARANTIA DE PAGAMENTOS: significa a garantia eventualmente a ser entregue pela COMPRADORA à VENDEDORA durante a vigência do CONTRATO, nos termos da CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA DE PAGAMENTOS.

INÍCIO DE FORNECIMENTO: data de INÍCIO DE FORNECIMENTO do GÁS NATURAL objeto desde CONTRATO.

IOF: significa o Imposto sobre Operações Financeiras.

IPRJ: significa o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas.

LEI ou LEGISLAÇÃO: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significam as LEIS estabelecidas na CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES.

MÊS: significa cada MÊS calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada MÊS e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS, exceto com relação ao primeiro MÊS do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último DIA de tal MÊS e o último MÊS do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal MÊS e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. “MENSALMENTE” será interpretado de modo correspondente.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO: significam as notificações para troca de titularidade do GÁS sob custódia da TRANSPORTADORA para fins de BALANCEAMENTO, conforme previsto nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

PARADA PROGRAMADA: significa situações transitórias comunicadas antecipadamente, que resultem em redução total ou parcial do fornecimento ou no recebimento de GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS.

PARADA NÃO PROGRAMADA DO TRANSPORTADOR: quaisquer paradas enquadradas como “manutenções não programadas” do TRANSPORTADOR conforme definido e regras de aplicação previstas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG), que poderá ser PM1, PM2, PM3 ou PMU conforme o caso.

PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1): significa a parcela aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS 1, conforme regra estabelecida no item

5.3 e metodologia de cálculo prevista no item 5.1.5.3.1.

PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2): significa a parcela aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS 2, conforme regra estabelecida no item 5.3 e metodologia de cálculo prevista no item 5.1.5.3.2.

PARCELA DE MOLÉCULA 3 (PM3): significa a parcela aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS 3, conforme regra estabelecida no item 5.3 e metodologia de cálculo prevista no item 5.1.5.3.3.

PARCELA DE MOLÉCULA DE ULTRAPASSAGEM (PMU): significa a parcela aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ADICIONAIS, conforme regra estabelecida no item 5.3 e metodologia de cálculo prevista no item 5.1.5.3.4.

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa a parcela referente ao transporte contida no PREÇO DO GÁS (PG), referente aos custos de serviço de transporte de entrada nos termos previstos no item 5.2 e subitens.

PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB): significa a componente da PARCELA DE TRANSPORTE, calculada conforme o item 5.2.2, expressa em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa a quantidade de energia utilizada como referência, equivalente a 37.302,1790 BTU em 1,0 MMm³ de GÁS, que convertidos equivalem a 9.400 kcal/m³ por 1,0 m³.

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de GÁS com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO).

PONTO DE ENTRADA: significa o local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE referente a qualquer dos pontos de injeção de gás na malha integrada da TRANSPORTADORA.

PONTO DE SAÍDA: local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde o GÁS é colocado pela TRANSPORTADORA à disposição para recebimento da COMPRADORA. Para os fins deste CONTRATO, os PONTOS DE SAÍDA são todos os pontos de retirada da malha integrada da TRANSPORTADORA localizados no Estado da Bahia.

PONTO DE ENTREGA: significa o local definido nos termos do item 9.1 deste

CONTRATO, onde se considera ocorrida a transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA.

PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL: significa todas as formas de escravidão, servidão por dívida, tráfico ou trabalho forçado, ou recrutamento ou uso de CRIANÇAS para (i) exploração sexual (incluindo prostituição ou produção de pornografia); (ii) fins de segurança ou militares; (iii) tráfico de drogas ou outras atividades ilícitas; ou (iv) qualquer outra forma de trabalho que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, seja suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das CRIANÇAS.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que, para fins deste CONTRATO, corresponderá à QUANTIDADE DE GÁS que tenha sido efetivamente programada pela TRANSPORTADORA, no âmbito dos CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, como resultado da nomeação, perante a TRANSPORTADORA, da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste CONTRATO. A QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) será igual à soma da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 1 (QDA1), QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 2 (QDA2), QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 3 (QDA3) e QUANTIDADE DIÁRIA ADICIONAL (QDAA) em um respectivo DIA.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 1 (QDA1): significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT), obtida na forma da alínea (a) do item 10.2 e à qual se aplica a PM1.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 2 (QDA2): significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT), obtida na forma da alínea (b) do item 10.2 e à qual se aplica a PM2.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 3 (QDA3): significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT), obtida na forma da alínea (c) do item 10.2 e à qual se aplica a PM3.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA ADICIONAL (QDAA): significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT), obtida na forma da alínea (d) do item 10.2 e à qual se aplica a PMU.

Assinado por:



Assinado por:



QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT): significa a QUANTIDADE DE GÁS equivalente à soma das QDC1, QDC2 e QDC3, em base diária, definida na tabela constante do item 4.1, que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA 1 (QDC1): significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT), em base diária, definida na tabela constante do item 4.1.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA 2 (QDC2): significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT), em base diária, definida na tabela constante do item 4.1.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA 3 (QDC3): significa a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) em base diária, definida na tabela constante do item 4.1.

QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN): significa, em um determinado DIA, a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA solicita que a TRANSPORTADORA disponibilize para permitir que a COMPRADORA solicite sua retirada em um PONTO DE SAÍDA.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado, nos termos da CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, para, no DIA, vender à COMPRADORA.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, conforme CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS, calculada na forma do item 6.3.

QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 7.1.1, diretamente relacionada ao descumprimento da RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) da COMPRADORA prevista no item 7.1.

RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM): significa o valor do compromisso mínimo de retirada do GÁS da COMPRADORA, na forma do item 7.1. O valor da RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) será faturado na forma do item 13.1.2.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, calibração, cromatografia, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão,

integradores e registradores, localizado no PONTO DE ENTREGA.

SISTEMA DE TRANSPORTE: conjunto de instalações físicas de propriedade da TRANSPORTADORA necessárias à prestação do respectivo serviço de transporte, incluindo, mas não se limitando a dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão, pontos de entrada e pontos de saída, existentes ou que venham a ser instalados.

TAG ou TRANSPORTADOR(A): significa a TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. – TAG.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 16.4.4(ii).

USUÁRIO LIVRE: gênero de usuários que abrange o consumidor livre, o autoprodutor e o autoimportador, nos termos da LEGISLAÇÃO e regulação vigentes.

VALOR DE INDENIZAÇÃO: significa o valor máximo que uma PARTE deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, nos termos do item 14.4.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS, na modalidade firme, segundo as condições estipuladas neste CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO

3.1. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e sua eficácia a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, observado o disposto no item 3.3. O seu término ocorrerá no prazo de 31 de dezembro de 2025, observado o disposto no item 3.2.

3.2. O prazo do presente CONTRATO poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante correspondente termo aditivo.

3.3. O INÍCIO DE FORNECIMENTO ocorrerá a partir do DIA 01/01/2025, para todos os efeitos deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

4.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA 1 (QDC1), a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA 2 (QDC2), a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA 3 (QDC3) e a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT), serão determinadas de acordo com a tabela abaixo:

Assinado por:



Assinado por:



Período	QDC1 (m³/dia)	QDC2 (m³/dia)	QDC3 (m³/dia)	QDC TOTAL (m³/dia)
01/01/2025 a 31/12/2025	150.000	200.000	100.000	450.000

4.2. As PARTES poderão, em conjunto, avaliar as QDCs originalmente estabelecidas no CONTRATO e poderão, de comum acordo, alterá-las ou o período de sua vigência, mediante a celebração de termo aditivo a este CONTRATO.

4.3. Não obstante o disposto no item 4.2, a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, reduzir a QDC3 até zero para o período compreendido entre 01 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, devendo, nesse caso, enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, informando a alteração até a data limite de 31 de maio de 2025. Uma vez realizada a solicitação de redução da QDC3, as PARTES deverão celebrar um termo aditivo ao CONTRATO para formalizar a redução em questão.

4.4. A partir da data do INÍCIO DO FORNECIMENTO, caso um ou mais usuários da COMPRADORA opte(m) pela migração para a condição de USUÁRIO LIVRE e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela VENDEDORA ou por AFILIADA da VENDEDORA, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA poderá ser reduzida pela QUANTIDADE DE GÁS que o(s) usuário(s) que optou(aram) pela condição de USUÁRIO LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, conforme venha a ser solicitado pela COMPRADORA, mediante a NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA e a celebração de aditivo contratual. A redução da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) será realizada de forma proporcional entre os pesos da QDC1, QDC2 E QDC3 na QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT).

4.5. No caso de a COMPRADORA comprovar a redução da demanda de GÁS NATURAL do mercado cativo do Estado da Bahia em razão da migração de um ou mais usuários para a condição de USUÁRIO LIVRE para outro supridor diferente da VENDEDORA ou de AFILIADA da VENDEDORA, deixando assim de adquirir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA deste CONTRATO poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) deste CONTRATO em relação às quantidades diárias contratuais de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de GÁS NATURAL no momento da referida redução no Estado da Bahia, mediante solicitação e comprovação da COMPRADORA à VENDEDORA da migração do USUÁRIO LIVRE para a condição de consumidor livre. A redução da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) será realizada de forma proporcional entre os pesos da QDC1, QDC2 E QDC3 na QDCT.

Assinado por:



Assinado por:



4.6. Caso a migração de um ou mais usuários para a condição de USUÁRIO LIVRE ocorra para um supridor diferente da VENDEDORA ou de AFILIADA da VENDEDORA, mas que possua contrato de venda de gás com a COMPRADORA vigente quando da migração, a regra estabelecida no item 4.5 somente se aplicará caso, após a redução a zero do volume contratado entre a COMPRADORA e tal supridor, ainda exista volume de gás remanescente que tenha sido objeto da migração. Nessa hipótese, a regra de redução pro rata estabelecida no item 4.5 acima se aplicará apenas ao valor remanescente da migração não reduzido no contrato de tal supridor.

4.7. Nas hipóteses dos itens 4.4 e 4.5, a COMPRADORA deverá informar à VENDEDORA, por meio de NOTIFICAÇÃO enviada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) DIAS, o volume que pretende reduzir da QDCT, comprovando que ele corresponde proporcionalmente à redução solicitada pelo(s) usuário(s) que solicitou(aram) migração para o mercado livre. A VENDEDORA se compromete a celebrar aditivos contratuais com a COMPRADORA para registrar as reduções das QDCs acordadas no prazo de até 90 (noventa) DIAS a contar do recebimento, pela VENDEDORA, da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 5.2, com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), prevista no item 5.3, conforme fórmula abaixo:

$$PG = PT + PM, \text{ onde:}$$

PG	É o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), calculada conforme fórmula indicada no item 5.2, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), que poderá ser a PM1, PM2, PM3 ou PMU conforme regra indicada no item 5.3 e metodologia de cálculo prevista em seus subitens, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

5.2. PARCELA DE TRANSPORTE (PT).

5.2.1. A PARCELA DE TRANSPORTE (PT) será calculada mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$PT = PTB + EAT, \text{ onde:}$$

PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
----	--

PTB	É a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB).
EAT	É o ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT).

5.2.2. A PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) será calculada mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$PTB = [(1 + X) \times (T_E + T_{EMP})] + T_{GUS}, \text{ onde:}$$

PTB	É a PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB), expressa em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, aplicável em determinado MÊS.
X	Significa o percentual de 1% (um por cento).
T _E	Significa a menor Tarifa de Entrada publicada pela TAG para contratação de capacidade de serviço de transporte de entrada para o PR-TECAB no MÊS em questão, referente à contratação anual. Caso ocorra qualquer alteração no valor da tarifa de entrada, para mais ou menos, ou caso seja disponibilizada uma possibilidade de contratação em periodicidade superior à anual e compatível com o prazo deste CONTRATO, tal tarifa de entrada passará a ser automaticamente utilizada nesta fórmula.
T _{EMP}	Significa a Tarifa de Empacotamento publicada pela TAG para o MÊS em questão, devendo refletir automaticamente qualquer alteração para mais ou menos publicada pela TRANSPORTADORA.
T _{GUS}	Significa a Tarifa de Gás para Uso no Sistema publicada pela TAG para o MÊS em questão.

5.2.3. O ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) será calculado mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$EAT = \frac{[Q_{ECNU} \times (T_E + T_{EMP})] + CF + EC_{cong}}{Q_{DAT}}, \text{ onde:}$$

EAT	É o ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) aplicável em determinado MÊS, expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
Q _{ECNU}	Significa a QUANTIDADE DE GÁS relativa ao encargo de capacidade de transporte de entrada não utilizada, calculada conforme o item 5.2.4 abaixo, no MÊS em questão.
CF	É o valor do encargo de custo fixo de compra e venda da TRANSPORTADORA, calculado conforme o item 5.2.5 abaixo, expresso em R\$, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, aplicável no MÊS em questão.
T _E	Significa a menor Tarifa de Entrada publicada pela TAG para contratação de capacidade de serviço de transporte de entrada para o PR-TECAB no MÊS em questão, referente à contratação anual. Caso ocorra qualquer alteração no valor da tarifa de entrada, para mais ou menos, ou seja, disponibilizada

	uma possibilidade de contratação em periodicidade superior à anual e compatível com o prazo deste CONTRATO, tal tarifa de entrada passará a ser automaticamente utilizada nesta fórmula.
T_{EMP}	Significa a Tarifa de Empacotamento publicada pela TAG para o MÊS em questão. Caso ocorra qualquer alteração no valor da Tarifa de Empacotamento, para mais ou menos, tal valor passará a ser automaticamente utilizado nesta fórmula.
EC_{cong}	Significa o custo total do Encargo de Congestionamento, publicado pela TAG, incorrido pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO para o MÊS em questão. Caso ocorra qualquer alteração, para mais ou menos, tal valor passará a ser automaticamente utilizado nesta fórmula.
QDAT	É a soma da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) no MÊS em questão.

5.2.4. A QUANTIDADE DE GÁS relativa ao encargo de capacidade de transporte de entrada não utilizada mencionada na fórmula constante do item 5.2.3 acima, será calculada mensalmente conforme fórmula a seguir:

$$Q_{ECNU} = \sum_{i=1}^n \text{MAIOR} (80\% \times QDCT - QDA_i; 0) - (QNFF_i + QNFM_i), \text{ onde:}$$

Q_{ECNU}	Significa a QUANTIDADE DE GÁS relativa ao encargo de capacidade de transporte de entrada não utilizada, calculada conforme o item 5.2.5 abaixo, no MÊS em questão.
QDA_i	É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA no DIA "i" do MÊS em questão.
QDCT	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) vigente para o DIA "i" do MÊS em questão.
$QNFF_i$	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA DE FORNECIMENTO no DIA "i" do MÊS em questão.
$QNFM_i$	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR reconhecido pelo TRANSPORTADOR no DIA "i" do MÊS em questão.
i	Significa determinado DIA do MÊS em questão.
n	Significa o número de DIAS do MÊS em questão.

5.2.5. O custo relativo ao encargo de custo fixo de compra e venda da TRANSPORTADORA, mencionado na fórmula constante do item 5.2.3 acima, será calculado mensalmente conforme a fórmula a seguir:

$$CF = \sum_{i=1}^n QDCT \times T_{CF}, \text{ onde:}$$

CF	É o valor do encargo de custos fixos da TRANSPORTADORA, expresso em R\$, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, aplicável no MÊS em questão.
QDCT	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) vigente DIA "i" do MÊS em questão.

T_{CF}	Significa a Tarifa de Custo Fixo de Compra e Venda de Gás utilizada para a TAG na contratação de capacidade de serviço de transporte de entrada no MÊS em questão.
i	Significa determinado DIA do MÊS em questão.
n	Significa o número de DIAS do MÊS em questão.

5.2.6. Os custos de GUS, caso fornecido pela VENDEDORA para a operacionalização do CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, serão repassados à COMPRADORA utilizando o valor da PARCELA DE MOLÉCULA. A VENDEDORA deverá comprovar para a COMPRADORA a quantidade de GUS alocada pela TAG e fornecida pela VENDEDORA para o atendimento deste CONTRATO.

5.2.7. As PARTES reconhecem que os valores estabelecidos na PARCELA DE TRANSPORTE representam todos os custos e despesas a serem pagos pela COMPRADORA à VENDEDORA relativos à contratação do serviço de transporte de entrada para entrega do GÁS objeto deste CONTRATO.

5.2.8. Não obstante o disposto no item 5.2.7, as PARTES reconhecem que a definição da PARCELA DE TRANSPORTE reflete as condições vigentes dos CONTRATOS DE TRANSPORTE para atendimento deste CONTRATO. Em caso de (i) mudanças nas condições ou alteração na estrutura das tarifas de transporte ou metodologia de cálculo dos encargos; ou (ii) caso a TRANSPORTADORA deixe de cobrar, mesmo que temporariamente determinada tarifa e/ou encargo; ou (iii) a TRANSPORTADORA substitua a cobrança de determinada tarifa de transporte ou encargo por outra tarifa ou encargo, em todos os casos de maneira que faça com que as regras de cálculo da PARCELA DE TRANSPORTE (PT) aqui previstas deixem de refletir, mesmo que temporariamente, as condições vigentes dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, as PARTES se comprometem a, de boa-fé, refletir tais mudanças neste CONTRATO.

5.3. PARCELA DE MOLÉCULA (PM).

A PARCELA DA MOLÉCULA (PM) será aplicável da seguinte forma:

- (i) A PM1 será calculada na forma do item 5.3.1 e será aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS 1 (QDA1) obtidas na forma da alínea (a) do item 10.2;
- (ii) A PM2 será calculada na forma do item 5.3.2 e será aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS 2 (QDA2) obtidas na forma da alínea (b) do item 10.2;
- (iii) A PM3 será calculada na forma do item 5.3.3 e será aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS 1 (QDA3) obtidas na forma da alínea (c) do item 10.2; e
- (iv) A PM4 será calculada na forma do item 5.3.4 e será aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS ADICIONAIS (QDA4) obtida na

forma da alínea (d) do item 10.2.

5.3.1. PARCELA DA MOLÉCULA 1 (PM1)

A PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, nos PONTOS DE ENTREGA e aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS 1 (QDA1), será calculada conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PM1 = (10,8\% \times BRENT_t) \times \frac{TC}{FC}, \text{ onde:}$$

PM1	É o valor da PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1), expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
$BRENT_t$	É a média das cotações diárias de contratos futuros do Brent para o primeiro mês disponível do calendário, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pelo sítio de internet ICE Report Center da Intercontinental Exchange (ICE) referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
M	É o MÊS de entrega do GÁS.
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
FC	É o fator de conversão correspondente a 26,8081 m³/MMBTU nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

5.3.2. PARCELA DA MOLÉCULA 2 (PM2)

A PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, nos PONTOS DE ENTREGA e aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS 2 (QDA2), será calculada conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PM2 = (11\% \times BRENT_t) \times \frac{TC}{FC}, \text{ onde:}$$

PM2	É o valor da PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2), expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
$BRENT_t$	É a média das cotações diárias de contratos futuros do Brent para o primeiro mês disponível do calendário, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pelo sítio de internet ICE Report Center da Intercontinental Exchange (ICE)

	referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
M	É o MÊS de entrega do GÁS.
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da PARCELA DE MOLÉCULA 2 (PM2) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
FC	É o fator de conversão correspondente a 26,8081 m³/MMBTU nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

5.3.3. PARCELA DA MOLÉCULA 3 (PM3)

A PARCELA DE MOLÉCULA 3 (PM3), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, nos PONTOS DE ENTREGA e aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS 3 (QDA3), será calculada conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PM3 = (10,5\% \times BRENT_t) \times \frac{TC}{FC}, \text{ onde:}$$

PM3	É o valor da PARCELA DE MOLÉCULA 3 (PM3), expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
$BRENT_t$	É a média das cotações diárias de contratos futuros do Brent para o primeiro mês disponível do calendário, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pelo sitio de internet ICE Report Center da Intercontinental Exchange (ICE) referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA 3 (PM3) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
M	É o MÊS de entrega do GÁS.
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da PARCELA DE MOLÉCULA 3 (PM3) (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
FC	É o fator de conversão correspondente a 26,8081 m³/MMBTU nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

5.3.4. PARCELA DA MOLÉCULA DE ULTRAPASSAGEM (PMU)

A PARCELA DE MOLÉCULA DE ULTRAPASSAGEM (PMU) nas CONDIÇÕES

DE REFERÊNCIA, nos PONTOS DE ENTREGA e aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS ADICIONAIS (QDAA), será calculada conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PMU = 1,3 \times PM1, \text{ onde:}$$

PMU	É o valor da PARCELA DE MOLÉCULA DE ULTRAPASSAGEM (PMU), expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM1	É o valor da PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1), expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

5.3.5. As PARTES poderão acordar um valor inferior para a PM1, PM2, PM3 ou PMU para um ou mais DIAS. Para tanto, a VENDEDORA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA. A prática de menor valor não deverá ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, devendo o novo valor ser considerado apenas para os DIAS informados na NOTIFICAÇÃO.

5.4. O PREÇO DO GÁS não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

5.4.1. Entendem-se como tributos devidos em decorrência direta o ICMS, incluindo eventuais adicionais aplicáveis como FECF e FOT (Fundo Orçamentário Temporário), PIS, COFINS e seus eventuais substitutos em virtude de alterações na LEGISLAÇÃO tributária, bem como ambos, em caso de vigência concomitante em eventual período transitório definido por LEI.

5.5. Não se entendem como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

5.6. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m³ (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

5.7. O PREÇO DO GÁS (PG) será informado pela VENDEDORA à COMPRADORA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS anterior ao de aplicação do reajuste da PARCELA DA MOLÉCULA (PM) aplicável(is), considerando o valor da última PARCELA DE TRANSPORTE (PT) disponível.

5.8. Na hipótese de qualquer uma das fontes relacionadas aos indicadores que compõem o PREÇO DO GÁS (PG) deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas no item 5.3.1 as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não

acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela VENDEDORA.

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA

6.1. Durante toda a vigência do CONTRATO a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA se compromete a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT); e (ii) nominar junto à TRANSPORTADORA a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) como QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN); e (iii) honrar suas obrigações do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA para viabilizar a programação de retirada da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) pela COMPRADORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

6.1.1. A COMPRADORA se obriga a efetuar junto à TRANSPORTADORA a nominação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA equivalente à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), observando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

6.1.2. Além da possibilidade de ajustar os desequilíbrios no balanceamento mediante programação regular diária, na eventualidade de existência de saldo de desequilíbrio de GÁS no portfólio das PARTES junto à TRANSPORTADORA, então:

(a) as PARTES poderão, mediante comum acordo, efetuar entre si a transferência de propriedade de QUANTIDADES DE GÁS correspondentes a parte ou a totalidade do saldo de desequilíbrio de GÁS no portfólio das PARTES junto à TRANSPORTADORA, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO (caso solicitado pela TRANSPORTADORA), observadas as regras tributárias e regulatórias para troca de titularidade, bem como as previsões dos CONTRATOS DE TRANSPORTE e deste CONTRATO;

(b) a transferência de propriedade do GÁS só terá efeitos após validada pela TRANSPORTADORA;

(c) caso a transferência de propriedade de GÁS ocorra da VENDEDORA para a COMPRADORA, então a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o PREÇO DO GÁS (portanto incluída a PARCELA DE TRANSPORTE e aplicando-se a PM1) vigente à época da efetivação da transferência, equivalente à QUANTIDADE DE GÁS objeto de tal transferência, sendo esta quantidade acrescida à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 1 (QDA 1) para fins exclusivos do item 13.1 deste CONTRATO; e

(d) caso a troca de titularidade do GÁS ocorra da COMPRADORA para a VENDEDORA, então a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA o

Assinado por:



Assinado por:



PREÇO DO GÁS (portanto incluída a PARCELA DE TRANSPORTE e aplicando-se a PM1) vigente à época da efetivação da troca multiplicada pela QUANTIDADE DE GÁS objeto da troca, acrescidos os tributos aplicáveis. A COMPRADORA poderá abater tal montante de quaisquer valores devidos por ela à VENDEDORA no âmbito deste CONTRATO, incluindo os tributos aplicáveis a cada compra e venda.

6.2. Penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO.

6.2.1. No caso de FALHA DE FORNECIMENTO em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de efetiva ocorrência e comprovação de perdas e danos:

$$PFF = QF \times 0,30 \times PG, \text{ onde:}$$

PFF	É o valor da penalidade diária por FALHA DE FORNECIMENTO no DIA em questão devida pela VENDEDORA.
QF	É a QUANTIDADE FALTANTE (QF) no DIA em questão.
PG	É o PREÇO DO GÁS (aplicando-se a PM1) vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA DE FORNECIMENTO.

6.2.2. A penalidade estabelecida no item 6.2.1 é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO por força de FALHA DE FORNECIMENTO. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

6.3. QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF = QDP - QDN - QNPP - QNFM, \text{ onde:}$$

QF	É a QUANTIDADE FALTANTE (QF) de GÁS no DIA em questão.
QDP	É a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) no DIA em questão.
QDN	É a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) para o PONTO DE ENTRADA / PONTO DE ENTREGA no DIA em questão, limitada à QDCT ou QDP, o que for maior no DIA.
QNFM	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no DIA em questão. Este redutor será igual a zero nesta fórmula caso o mesmo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR já tenha sido considerado na programação, conforme item 8.1.2 do CONTRATO.
QNPP	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS ou PARADAS NÃO PROGRAMADAS DO TRANSPORTADOR no DIA em questão, com base na

	QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (c) do item 12.2 Este redutor será igual a zero nesta fórmula caso o mesmo evento de PARADA PROGRAMADA já tenha sido considerado na programação, conforme item 8.1.2 do CONTRATO.
--	--

6.3.1. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) no PONTO DE ENTREGA:

A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) será realizada através do envio para a COMPRADORA de cópia da NOTIFICAÇÃO de nominação de transporte, concomitantemente à sua efetiva apresentação pela VENDEDORA à TRANSPORTADORA, considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA

7.1. A partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, ressalvadas as situações de não programação de GÁS por FALHA DE FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA se obriga, a cada MÊS, a adquirir e programar perante a TRANSPORTADORA e, mesmo que não o faça, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), uma QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT).

7.1.1. QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no MÊS – Apuração

Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), a eventual QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNA = (0,80 \times QDCT \times M) - (QNFF + QNFM + QNPP) - \sum_{j=1}^M (QDAT_j + NTC_j),$$

onde:

QNA	É a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no correspondente MÊS, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo.
QDCT	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT).
M	É o número de DIAS do correspondente MÊS.
QNFF	É a QUANTIDADE DE GÁS não programada perante a TRANSPORTADORA em função de FALHA DE FORNECIMENTO no respectivo MÊS.
QNFM	É a QUANTIDADE DE GÁS não programada perante a TRANSPORTADORA em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS.

QNPP	É a QUANTIDADE DE GÁS não programada perante a TRANSPORTADORA em função de PARADAS PROGRAMADAS ou PARADAS NÃO PROGRAMADAS DO TRANSPORTADOR no respectivo MÊS, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (c) do item 12.2.
QDAT _j	É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) no DIA "j".
NTC _j	É a QUANTIDADE DE GÁS comercializada no DIA "j" por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra, pela COMPRADORA e venda, pela VENDEDORA, de GÁS sem programação de transporte, relativa às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 6.1.2.
j	É um determinado DIA do correspondente MÊS.

7.1.2. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos no item 13.1.2.

7.1.3. Não serão consideradas nas QUANTIDADES NÃO ALOCADAS (QNA) aquelas em que a VENDEDORA e/ou a TRANSPORTADORA tiver(em) sido a(s) parte determinante(s) para a sua ocorrência.

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

8.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes.

8.1.1. Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

8.1.2. A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) não poderá superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT), com exceção da hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (b) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS; e
- (c) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.1.2.1. A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT).

8.1.3. A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) unilateralmente pela COMPRADORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até (A) as 13:30h (treze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao do fornecimento; e/ou

(B) até as 12:30 (doze horas e trinta minutos) no DIA (intradiária) do fornecimento, desde que tal alteração (i) não seja superior ou inferior a 20% (vinte por cento) da QDS informada anteriormente nos termos do item 8.1; e (ii) observe as condições estabelecidas nos item 8.1.2.

8.1.4. Observados os seguintes prazos: (i) para a solicitação realizada na forma da alínea (A) do item 8.1.3, até as 17:00h (dezessete horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento; e (ii) para a solicitação realizada na forma da alínea (B) do item 8.1.3, até às 16:00 (dezesseis horas) do DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

- (a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2; ou
- (b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA DE FORNECIMENTO.

8.1.4.1. Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido na alínea (a) do item 8.1.2 poderá ser aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO em caso de recusa.

8.1.4.2. Em qualquer hipótese de programação, a VENDEDORA deverá informar à COMPRADORA, até às 13:30h (treze horas e trinta minutos), o(s) PONTO(S) DE ENTRADA em que a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) será nominada perante o TRANSPORTADOR para que seja entregue à COMPRADORA.

8.1.5. Caso a VENDEDORA não se pronuncie nos prazos do item 8.1.4, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA, na forma do item 8.1.2, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT).

8.1.6. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a nominação perante a TRANSPORTADORA da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA DE FORNECIMENTO, excetuadas as hipóteses previstas neste CONTRATO.

8.2. A VENDEDORA se compromete a nominar perante a TRANSPORTADORA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

8.2.1. Caso a TRANSPORTADORA passe a adotar a regra de ponderação para a determinação das quantidades diárias programadas em caso de programação

intradiária no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, tal regra será automaticamente aplicável para a ponderação das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS em caso de programação intradiária no âmbito deste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. O PONTO DE ENTREGA do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA será localizado no flange imediatamente à jusante do SISTEMA DE MEDIÇÃO de qualquer um dos PONTOS DE ENTRADA. Caso haja transferência de titularidade por meio de NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO, o PONTO DE ENTREGA será o virtual.

9.1.1. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante do PONTO DE ENTREGA serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante do PONTO DE ENTREGA serão de responsabilidade da COMPRADORA.

9.2. Não obstante o disposto no item 9.1.1 acima, o GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA para custódia da TRANSPORTADORA no PONTO DE ENTREGA e permanecerá sob custódia e responsabilidade da TRANSPORTADORA até a retirada pela COMPRADORA no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, sendo certo que uma PARTE não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pela TRANSPORTADORA, de seu dever de custódia. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA nos PONTOS DE ENTREGA, atendendo às condições e aos aspectos de qualidade estabelecidos no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

9.3. As PARTES reconhecem que os PONTOS DE SAÍDA aplicáveis a este CONTRATO são todos aqueles do SISTEMA DE TRANSPORTE localizados no Estado da Bahia e o PONTO DE ENTRADA é qualquer dos pontos de recebimento da malha integrada da TAG.

9.4. As PARTES se comprometem a contratar os respectivos CONTRATOS DE TRANSPORTE junto à TAG até a data de INÍCIO DE FORNECIMENTO para atendimento do fornecimento de GÁS objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO DO GÁS

Medição de Gás

10.1. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos sistemas de medição do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo, para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA neste CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade da TRANSPORTADORA, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos

nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

Alocação de Gás

10.2. Para fins de determinação da QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 1 (QDA1), QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 2 (QDA2), QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 3 (QDA3) e QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA ADICIONAL (QDAA), a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) em determinado DIA será dividida e alocada de acordo com a seguinte metodologia de rateio:

- (a) A QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) será alocada primeiramente à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 1 (QDA1) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA 1 (QDC1);
- (b) Caso haja QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) remanescente após a alocação realizada conforme item (a) acima, essa quantidade será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 2 (QDA2) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA 2 (QDC2);
- (c) Caso haja QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) remanescente após a alocação realizada conforme itens (a) e (b) acima, essa quantidade será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 3 (QDA3) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA 3 (QDC3);
- (d) Caso haja QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) remanescente após a alocação realizada conforme itens (a), (b) e (c), e acima, essa quantidade será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA ADICIONAL (QDAA) até o limite da QUANTIDADE DE GÁS que, no respectivo DIA, tenha sido programada acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT); e
- (e) Caso haja QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) remanescente após a alocação realizada conforme itens (a), (b), (c) e (d) acima da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), tal QUANTIDADE DE GÁS remanescente estará sujeita às regras dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, caso não tenha havido nenhuma NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA em qualquer PONTO DE ENTRADA deverá apresentar características de qualidade que atendam no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA será de responsabilidade da TRANSPORTADORA.

11.3. A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS), assim como outras

propriedades do GÁS, nos PONTOS DE ENTRADA e nos PONTOS DE SAÍDA, será efetuada de acordo com as regras dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

11.4. Em caso de o GÁS vir a ser fornecido no PONTO DE SAÍDA em desconformidade, parcial ou totalmente, com as especificações estipuladas no item 11.1, deverão ser observadas as disposições do CONTRATO DE TRANSPORTE pertinente.

CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS DO TRANSPORTADOR

12.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento (PARADAS PROGRAMADAS da VENDEDORA) ou no recebimento de GÁS (PARADAS PROGRAMADAS da COMPRADORA), para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendado, dos equipamentos referidos no item 12.1.1 abaixo, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na entrega ou recebimento do GÁS pela VENDEDORA ou pela COMPRADORA, conforme o caso. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA ou recebida pela COMPRADORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de programação da VENDEDORA e dos compromissos de retirada da COMPRADORA.

12.1.1. Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão (i) como equipamentos comprovadamente vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades, os sistemas e os equipamentos auxiliares de produção, processamento, tratamento, coleta, escoamento, transporte e entrega do GÁS (seja de propriedade da VENDEDORA, seus contratados ou terceiros); e (ii) como equipamentos vinculados ao recebimento de GÁS: os que constituem o sistema de distribuição e de transporte, desde que diretamente relacionados ao suprimento do GÁS abarcado pelo presente CONTRATO.

12.1.2. As PARADAS NÃO PROGRAMADAS DO TRANSPORTADOR somente abrangerão equipamentos do SISTEMA DE TRANSPORTE do TRANSPORTADOR e somente poderão ser aplicadas neste CONTRATO caso sejam formalmente aplicadas em quaisquer dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

12.2. As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

(a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS de cada PARTE estará limitada ao total de 20 (vinte) DIAS por ANO, não podendo impactar em mais do que 35% da QDCT;

(b) A PARTE que efetuar uma PARADA PROGRAMADA ficará impedida de realizar outra PARADA PROGRAMADA, pelo prazo de 9 (nove) meses, contados a partir da data do término da última PARADA PROGRAMADA;

Assinado por:



Assinado por:



(c) A PARTE que desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista;

(d) As PARTES poderão efetuar PARADAS PROGRAMADAS ou PARADAS NÃO PROGRAMADAS DO TRANSPORTADOR por requerimento do TRANSPORTADOR, que seguirão as mesmas regras definidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, não sendo limitadas às condições das alíneas (a), (b) e (c);

(e) A QUANTIDADE DE GÁS não programada, em determinado DIA em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QPP_j = QDCT_j - QDS_j, \text{ onde:}$$

QPP _j	É a QUANTIDADE GÁS não nominada em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA no DIA "j".
QDCT _j	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) para o DIA "j".
QDS _j	É a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) para o DIA "j".

(f) Na hipótese de PARADA PROGRAMADA que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS NATURAL a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO, a VENDEDORA se compromete a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes;

(g) As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA, assim como no sistema de produção de GÁS da VENDEDORA.

12.2.1. A data de início da PARADA PROGRAMADA poderá ser cancelada, postergada ou ter os volumes ou prazo de duração afetados reduzidos (desde que dentro dos limites estabelecidos acima), a exclusivo critério da PARTE que a tenha solicitado, desde que tal cancelamento, postergação ou redução seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA NOTIFICADA nos termos do item 12.2 (a). Nesse caso, a nova data de PARADA PROGRAMADA deverá ser acordada entre as PARTES se não estiver em acordo com o prazo de antecedência indicado no item 12.2 (c). Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data, volume, prazo e demais condições originalmente NOTIFICADAS e o prevalecerão para todos os fins do presente CONTRATO.

CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS pela VENDEDORA à

COMPRADORA, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{i=1}^n (QDAT_i + NTC_i) \times PT + \sum_{i=1}^n (QDA1_i) \times PM1 + \sum_{i=1}^n (QDA2_i + NTC_i) \times PM2 + \sum_{i=1}^n (QDA3_i) \times PM3 + \sum_{i=1}^n (QDA4_i) \times PMU, \text{ onde:}$$

F	É o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
QDAT _i	É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) no DIA "i", correspondente.
PT	É a PARCELA DO TRANSPORTE vigente no último DIA do MÊS em questão.
NTC _i	É a QUANTIDADE DE GÁS comercializada no DIA "i", por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra e venda de GÁS sem programação de transporte da VENDEDORA para a COMPRADORA, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 6.1.2.
QDA1 _i	É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 1 (QDA1) no DIA "i", correspondente.
PM1	É a PARCELA DA MOLÉCULA 1 vigente no último DIA do MÊS em questão.
QDA2 _i	É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 2 (QDA2) no DIA "i", correspondente.
PM2	É a PARCELA DA MOLÉCULA 2 vigente no último DIA do MÊS em questão.
QDA3 _i	É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA 3 (QDA3) no DIA "i", correspondente.
PM3	É a PARCELA DA MOLÉCULA 3 vigente no último DIA do MÊS em questão.
QDA4 _i	É a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA ADICIONAL (QDA4) no DIA "i", correspondente.
PMU	É a PARCELA DA MOLÉCULA DE ULTRAPASSAGEM vigente no último DIA do MÊS em questão.
N	Corresponde ao total DIAS do MÊS em questão.
i	Significa cada DIA do MÊS em questão.

13.1.1. Pela transferência de titularidade de GÁS sob custódia do TRANSPORTADOR, da COMPRADORA para a VENDEDORA, através de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO, o faturamento corresponderá, ao final de cada MÊS, ao produto das QUANTIDADES DE GÁS transferidas do portfólio da COMPRADORA para o portfólio da VENDEDORA pelo PREÇO DO GÁS (portanto incluída a PARCELA DE TRANSPORTE e aplicando-se a PM1) vigente no MÊS em questão.

13.1.2. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), caso seja apurada QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) em determinado MÊS, na forma do item 7.1.1, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMM} = QNA_{RMM} \times 0,30 \times PM1, \text{ onde:}$$

FAT _{RMM}	É o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) estabelecido no item 7.1.
QNA _{RMM}	É a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no MÊS.

PM1	É a PARCELA DE MOLÉCULA 1 (PM1) no último DIA do MÊS, conforme previsto no item 5.3.1, sem tributos.
-----	--

13.1.3. Para fins dos itens 13.1, assim como seus respectivos subitens, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.2. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.2.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.3. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.4. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA (inclusive DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar) deverão ser pagos, em moeda corrente, até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS ÚTEIS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

13.5. Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.5.1. Se, durante o prazo de vigência do CONTRATO, ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.5.2. A revisão prevista no item 13.5.1, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

13.5.3. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.5.4. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com o item 13.5.

13.5.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela LEGISLAÇÃO de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.5.6. A COMPRADORA fornecerá as informações necessárias relativas ao faturamento, inclusive as decorrentes de substituição tributária para a correspondente análise e expressa aceitação por parte da VENDEDORA.

13.5.7. Se ficar constatado que, por ocasião da emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a VENDEDORA aplicou algum tributo devido em decorrência direta deste CONTRATO em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados, desde que a COMPRADORA apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos.

13.5.8. Se a VENDEDORA constatar que algum dos tributos devidos em decorrência direta deste CONTRATO foi aplicado, equivocadamente, em valor inferior ao devido, o valor do respectivo tributo, será cobrado da COMPRADORA mediante emissão de notas fiscais complementares, tal como previsto na legislação aplicável.

13.5.9. Se a VENDEDORA for autuada por ter aplicado algum dos tributos incidentes sobre este CONTRATO em valor inferior ao devido, a VENDEDORA procederá, de forma diligente, à sua defesa e, não logrando êxito, comunicará à COMPRADORA sobre o resultado do procedimento fiscal e realizará a cobrança mediante emissão de Nota Fiscal complementar, se e quando aplicáveis à luz da

legislação, dos valores do referido tributo, sem penalidades ou encargos, no momento em que efetuar a quitação perante a autoridade fiscal.

13.5.10. Na eventualidade de existência de situação tributária específica à COMPRADORA ou à VENDEDORA que acarrete suspensão, redução, isenção, não incidência ou diferimento nas operações previstas no presente instrumento, a COMPRADORA ou a VENDEDORA, conforme o caso, fornecerá, em até 2 (dois) DIAS ÚTEIS antes da apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos termos do item 13.4, todos os documentos necessários para sua correta aplicação. Caso tal documentação não seja tempestivamente apresentada, a VENDEDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso, aplicará a legislação em vigor sem considerar a situação tributária específica, não se sujeitando ao enquadramento como valor controverso, nos moldes do item 13.7.

13.6. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito à atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, pro rata tempore, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

13.7. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.7.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação, em relação ao montante controverso; e

(c) Se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

Assinado por:



Assinado por:



13.7.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.7.1 (b) e (c).

CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

(a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de vencimento do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO. Quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 13.7 deste CONTRATO.

(b) O descumprimento pelas PARTES das obrigações materialmente relevantes estabelecidas neste CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.

(c) Insolvência, falência, liquidação ou dissolução de qualquer das PARTES.

(d) Nos casos de homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, falha em prestar caução suficiente para garantir o cumprimento de obrigações contratuais que representem o valor das verbas rescisórias estabelecidas no item 14.4.

(e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

(f) FALHA DE FORNECIMENTO por mais de 10 (dez) DIAS, corridos ou intercalados, em determinado ANO que implique, no DIA em questão, em uma QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA TOTAL (QDAT) inferior a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) do referido DIA, independentemente de a VENDEDORA ter pago penalidades previstas para tal hipótese.

(g) Não oferecimento, substituição, complementação ou renovação, pela COMPRADORA, da GARANTIA DE PAGAMENTOS nos casos previstos neste CONTRATO, nos prazos estabelecidos na CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA DE PAGAMENTOS, conforme o caso.

(h) Perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO.

Assinado por:



Assinado por:



(i) Violação da CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES e seus subitens do CONTRATO.

14.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (c), (d), (e), (f) ou (h) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

14.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados na alínea (a) ou (b) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.3.1 Na hipótese do item 14.3 acima, a PARTE que esteja adimplente poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) DIAS estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.4. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, independentemente do valor de perdas e danos efetivamente incorridos, o valor máximo apurado conforme abaixo:

$$V_{Ind} = QDCT \times DF \times PG, \text{ onde:}$$

V_{Ind}	É o VALOR DE INDENIZAÇÃO a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$.
$QDCT$	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.
DF	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO.
PG	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO, aplicando-se a PM1.

14.4.1 Sem prejuízo do item 14.6, acordam as PARTES que o valor estipulado no item 14.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.4.2 A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.4 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.4.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 14.3, decorridos 30 (trinta) da sua ocorrência e enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento. Caso a VENDEDORA suspenda a entrega de GÁS em razão de um evento de INADIMPLEMENTO, a COMPRADORA continua obrigada a cumprir com suas demais obrigações do CONTRATO.

14.4.2.2 Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO conforme item 14.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

14.5. Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido por mútuo acordo das PARTES; ou por qualquer da PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

- a) pela demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) MESES, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada PARTE;
- b) pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES; e
- c) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal.

14.6. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre sigilo e confidencialidade, incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das PARTES e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

14.7. É vedada a rescisão imotivada do CONTRATO por qualquer das PARTES.

14.8. O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

Assinado por:



Assinado por:



CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA, e/ou suas AFILIADAS, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

15.2. Abrangência.

15.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou LEI marcial, embargo ou bloqueio econômico;
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição accidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos;
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis;
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que, de forma comprovada, impeça o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES;
- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público que tenha competência sobre as PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO;

Assinado por:



Assinado por:



(f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção, processamento, escoamento, ou transporte necessário para atendimento deste CONTRATO;

(g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para o recebimento do GÁS.

15.3. Eventos excluídos.

Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos, por exemplo:

(a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;

(b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral;

(c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no presente CONTRATO;

(d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

(e) Eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO;

(f) Depleção de poços nos quais o GÁS objeto deste CONTRATO é produzido.

15.3.1. A isenção de responsabilidade prevista nesta Cláusula somente se aplicará às obrigações da PARTE AFETADA cujo cumprimento tenha sido comprovadamente afetado pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR. A ocorrência de um evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR não eximirá a PARTE AFETADA do cumprimento de obrigações que tenham se tornado devidas e exigíveis antes da sua ocorrência.

15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA

MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento;
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível;
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação;
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;
- (e) Permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4 (a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA;
- (g) Sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO.

15.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

15.5. Obrigações não afetadas.

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

No caso de valores, tarifas ou encargos que porventura comprovadamente permaneçam sendo cobrados no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE durante a invocação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, os mesmos serão integralmente repassados pela VENDEDORA à COMPRADORA, nos termos do CONTRATOS DE TRANSPORTE. Nessa hipótese, a VENDEDORA deverá usufruir e repassar como crédito à COMPRADORA no âmbito deste CONTRATO, qualquer direito ou crédito que tenha recebido no CONTRATO DE TRANSPORTE pelo pagamento de valores durante o período em que perdurar um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6. Efeitos no CONTRATO.

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.8. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que a alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.9. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA ou recebida pela COMPRADORA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

16.1. O CONTRATO será regido pelas LEIS brasileiras.

16.2. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à

Assinado por:



Assinado por:



execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer disputa decorrente ou relacionada com o CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução. A negociação terá duração de 30 (trinta) dias contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da disputa. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE e instaurar a ARBITRAGEM.

16.3. Caso a disputa não seja solucionada amigavelmente, na forma do item 16.2 acima, esta, por iniciativa de qualquer das PARTES, deverá ser, exclusiva e definitivamente, resolvida por ARBITRAGEM o seguinte procedimento:

16.4. ARBITRAGEM.

16.4.1. A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de ARBITRAGEM da Câmara de Comércio Brasil Canadá – CCBC (“CÂMARA”), exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

16.4.2. A disputa será solucionada na ARBITRAGEM, aplicando-se a LEI brasileira.

16.4.3. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

16.4.4. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

(i) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da CÂMARA solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre COMPRADORA e VENDEDORA. Não havendo consenso, a diretoria da CÂMARA encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

(a) a COMPRADORA e a VENDEDORA conjuntamente deverão, de forma separada, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);

Assinado por:



Assinado por:



- (b) recebidas as listas com as ordens de preferência da COMPRADORA e da VENDEDORA, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada pela COMPRADORA e pelas VENDEDORA; e
 - (c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.
- (ii) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:
- (a) A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará um requerimento de instauração de ARBITRAGEM à CÂMARA, nos termos do regulamento de ARBITRAGEM da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO ("PRIMEIRO ÁRBITRO");
 - (b) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da NOTIFICAÇÃO da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da ARBITRAGEM e indicará o nome de seu ÁRBITRO ("SEGUNDO ÁRBITRO");
 - (c) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um terceiro árbitro ("TERCEIRO ÁRBITRO"), que presidirá os trabalhos;
 - (d) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

16.4.5. Na hipótese de as Regras do regulamento de ARBITRAGEM da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À LEI nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a ARBITRAGEM;
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

16.4.6. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, os TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

16.4.7. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da LEI nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de

ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

16.4.8. Não obstante o disposto nesta cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM;
- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM;
- (c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL;
- (d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

16.5. Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer: (i) ao foro da Cidade de Salvador, Estado da Bahia; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

17.1. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da outra PARTE, observado o disposto no item 17.2.

17.2. Não obstante o acima, as PARTES poderão ceder totalmente o presente CONTRATO nos casos em que a cessionária seja empresa AFILIADA da PARTE cedente.

CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma NOTIFICAÇÃO judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

- (a) VENDEDORA

Galp Energia Brasil S.A. – Avenida República do Chile, nº 330, 13º Andar – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.031-170

Assinado por:



Assinado por:



A/C: Thiago Arakaki
Fone: +55 (21) 3850-4210

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba – Salvador/BA
CEP: 41.810-012

A/C: Gerência de Suprimento de Gás e de Mercado
E-mail: mercado_gas@bahiagas.com.br
Fone: +55 (71) 3206-6198

18.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) VENDEDORA

Galp Energia Brasil S.A. – Avenida República do Chile, nº 330, 13º Andar – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.031-170

Fone: +55 (21) 3850-4210

A/C: Gerência de Programação de Gás

Correios eletrônicos (e-mails): programacao-br@galp.com

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba – Salvador/BA
CEP: 41.810-012

Fone: +55 (71) 3206-6198

Plantão Emergencial: +55 (71) 3632-3422 / +55 (71) 99138-9000

Correios eletrônicos (e-mails):

Comercial: mercado_gas@bahiagas.com.br

Programação: programacao_gas@bahiagas.com.br

Medição e Qualidade: medicao@bahiagas.com.br

Faturamento: faturamento_gas@bahiagas.com.br

18.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

18.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

18.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).

CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) ANOS após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

19.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3. São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade das mesmas

19.4. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a PARTE infratora venha a causar à outra PARTE. Em nenhuma hipótese as PARTES serão responsabilizadas por perdas e danos indiretos e lucros cessantes.

19.5. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo as seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal;
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE;
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente CONTRATO;
- (d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES ou suas AFILIADAS estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, se possível, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE;
- (e) para qualquer órgão público, em conformidade com a LEI;
- (f) divulgações para bolsas de valores em que as PARTES ou suas AFILIADAS tenham valores mobiliários negociados;
- (g) divulgações para as AFILIADAS da PARTES, bem como diretores e empregados e pessoal contratado para trabalho interno pela PARTE e/ou suas AFILIADAS;
- (h) divulgações para consultores externos, agentes e outras pessoas

Assinado por:



Assinado por:



profissionalmente contratadas por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS, desde que essas pessoas concordem primeiramente em submeter-se às disposições sobre confidencialidade especificadas nesta cláusula.

CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO

20.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES

21.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

a) As PARTES se comprometem em cumprir, e exigir o cumprimento por parte de seus empregados, diretores, administradores e prepostos as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, e regulamentação aplicável, doravante denominadas, em conjunto, “LEIS ANTICORRUPÇÃO”, declarando conhecer os respectivos textos e que, de nenhuma forma, os desrespeitará ou colocará em risco seus princípios e dispositivos;

b) Cada PARTE declara e garante, quanto a si, seus empregados, diretores, administradores e prepostos, subcontratados e relativamente a qualquer membro do seu Grupo, que:

- (i) não realizou, ofereceu, prometeu ou autorizou; e não irá realizar, oferecer, prometer ou autorizar qualquer pagamento, a oferta, a promessa, o entretenimento ou outra vantagem, quer direta ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de autoridade, funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eleitoral ou qualquer outro indivíduo ou entidade de natureza pública ou privada, quando a realização de tal pagamento, oferta, promessa, entretenimento ou vantagem constituir uma violação das LEIS ANTICORRUPÇÃO; e
- (ii) não ocultou ou disfarçou; e não ocultará ou disfarçará, a origem ilícita, fonte, localização, disposição, ou movimentação de bem de sua propriedade em violação das leis de prevenção de lavagem de dinheiro aplicáveis (“Leis de Prevenção da Lavagem de Dinheiro”);

c) Cada PARTE declara e garante que implementou um Código de Ética, assim como políticas e procedimentos relativos à ética e conduta empresarial, e

que assegurem o cumprimento das LEIS ANTICORRUPÇÃO e das Leis de Prevenção da Lavagem de Dinheiro; e que essas políticas e procedimentos serão mantidos e observados durante a vigência do CONTRATO;

d) Cada PARTE deve responder detalhadamente e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável que lhe seja dirigida, pela outra PARTE, relativamente às obrigações, garantias e declarações constantes desta Cláusula. Não obstante, nenhuma PARTE está obrigada a divulgar informação sujeita a sigilo profissional ou que não possa ser divulgada por força dos Requisitos Legais ou em resultado de decisão proferida por tribunal competente ou por autoridade judiciária. Esta obrigação subsiste após o encerramento do CONTRATO;

e) Cada PARTE se obriga a:

- (i) registar e relatar, em termos adequados, as suas transações, de modo a refletir, de forma precisa e equilibrada, e com detalhes razoáveis, os seus ativos e passivos;
- (ii) manter os livros e/ou registos dessas transações por um período de, pelo menos, 7 (sete) anos após o encerramento deste CONTRATO ou por qualquer período mais longo exigido por lei concretamente aplicável; e
- (iii) mediante solicitação, disponibilizar, à outra PARTE, informação e/ou documentação que evidencie de forma adequada o cumprimento das obrigações contempladas nesta Cláusula, incluindo, a implementação das políticas e procedimentos descritos na alínea c) deste item;

f) Cada PARTE declara e garante que comunicará à outra PARTE todo e qualquer ato com natureza de solicitação ou que titule a realização, explícita ou implícita, de uma oferta ou vantagem pessoal, em violação ao disposto nesta Cláusula, dirigido e/ou praticado por qualquer membro do Grupo da outra PARTE. Não obstante, nenhuma PARTE está obrigada a divulgar informação sujeita a sigilo profissional ou que não possa ser fornecida por força de qualquer Requisito Legal ou em resultado de decisão de tribunal competente ou autoridade judiciária. Tal comunicação deve ser realizada, por escrito, (i) no caso da BAHIAGÁS, para o seguinte endereço ouvidoria@bahiasgas.com.br e, (ii) no caso da GALP, para opentalk@galp.com;

21.2. Sem prejuízo de outros direitos previstos neste CONTRATO, no caso de uma das PARTES dispor de elementos probatórios ou, pelo menos, de um motivo razoável para suspeitar que a outra PARTE ou qualquer membro de sua organização violou o disposto nas LEIS ANTICORRUPÇÃO e das Leis de Prevenção da Lavagem de Dinheiro aplicáveis fica aquela PARTE investida no direito de resolver imediatamente o presente CONTRATO, sem que lhe possa ser exigido o pagamento de qualquer penalidade contratual ou de uma indenização pelo encerramento antecipado.

21.3. Cada PARTE se obriga a proteger, a mitigar os prejuízos e a indenizar a outra PARTE de quaisquer danos, perdas, penalidades, custos e despesas diretamente resultantes da violação desta Cláusula, por si ou por membros do seu Grupo.

Assinado por:



Assinado por:



CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Nulidade das cláusulas contratuais.

22.1.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

22.1.2. Na hipótese do item 22.1.1 acima, as PARTES, por meio de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

22.2. Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

22.3. Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes;

(b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida;

(c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO;

(d) A VENDEDORA obteve todas as licenças necessárias e dispõem, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, do GÁS NATURAL, bem como da capacidade de produção, transporte, liquefação, regaseificação,

Assinado por:



Assinado por:



processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desse CONTRATO, durante todo o seu prazo.

22.4. Cuidado com o meio ambiente e vedação à PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL e ESCRAVIDÃO MODERNA.

22.4.1. As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;
- (c) estímulo ao uso racional e eficiente do gás natural; e
- (d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

22.4.2. Cada PARTE deverá proibir e garantir que não empregará nem usará qualquer forma de trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL, e tomará as medidas apropriadas para garantir que não haja nenhuma forma de ESCRAVIDÃO MODERNA empregada ou usada em seus negócios ou em suas cadeias de suprimentos.

22.4.3. Cada PARTE notificará imediatamente qualquer instância ou motivo para suspeitar de ESCRAVIDÃO MODERNA, PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL na força de trabalho de cada PARTE ou de sua cadeia de suprimentos.

22.5. Completude do CONTRATO.

Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

22.6. Sobrevivência.

Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que a CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI

APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO e CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

22.7. Valor estimado do CONTRATO.

As PARTES concordam que o valor total estimado deste CONTRATO é de R\$ 321.322.275,00 (trezentos e vinte e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais).

22.8. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

22.8.1. As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) - LGPD, assumindo, de forma ilimitada perante a outra PARTE, toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos que realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

22.8.2. No caso de ter havido ou haver tratamento de dados pessoais em decorrência da negociação e execução do objeto deste CONTRATO, as PARTES se obrigam a atuar em estrita observância e cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e demais diplomas legais vigentes e/ou que vierem a vigor sobre o tema de proteção de dados pessoais aplicáveis, assumindo cada parte a responsabilidade pelos tratamentos de dados pessoais que realizarem para as suas próprias finalidades no contexto deste CONTRATO, sendo ainda responsável por eventuais danos diretos que tiver causado, desde que evidenciados, em razão de violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos de dados pessoais que cada PARTE realizar, diretamente ou por intermédio de outrem, no âmbito da negociação e execução deste CONTRATO. Para os fins deste CONTRATO, os termos "tratamento" e "dados pessoais" terão os significados que lhes são atribuídos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme alterada ou substituída de tempos em tempos.

22.9. Limitação de Responsabilidade.

22.9.1. Nenhuma das PARTES será responsável perante a outra PARTE por lucros cessantes e/ou danos indiretos.

22.9.1.1. Sem prejuízo do item 22.9.1, as exclusões de responsabilidade estabelecidas neste CONTRATO não serão aplicáveis às hipóteses taxativas de:

- (i) Fraude ou dolo;
- (ii) Infração à CLÁUSULA VINTE E UM – CONDOTA DAS PARTES;
- (iii) Penalidades estabelecidas neste CONTRATO; e/ou

Assinado por:



Assinado por:



(iv) Danos ao meio ambiente.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA DE PAGAMENTOS

23.1. A COMPRADORA deverá comprovar e manter a qualidade de seu crédito, que será regularmente analisado pela VENDEDORA seguindo suas diretrizes de avaliação de crédito.

23.2. Sempre que solicitado, a COMPRADORA encaminhará à VENDEDORA, em até 10 (dez) DIAS de uma solicitação da VENDEDORA, os seus demonstrativos contábeis legais, bem como quaisquer outras informações que permitam a VENDEDORA efetuar a análise da estrutura econômico-financeira da COMPRADORA.

23.3. Com base na análise da estrutura econômico-financeira, a VENDEDORA determinará o respectivo limite de crédito corporativo da COMPRADORA.

23.4. Caso a qualidade do crédito apresentada pela COMPRADORA esteja dentro dos limites aceitáveis pela VENDEDORA, será concedido limite de crédito corporativo pela VENDEDORA para a COMPRADORA.

23.5. Caso o limite de crédito corporativo concedido pela VENDEDORA, conforme item 23.4, seja inferior ao valor requerido de GARANTIA DE PAGAMENTOS, a COMPRADORA obriga-se a instituir, dentro de 60 (sessenta) DIAS, GARANTIA DE PAGAMENTOS conforme item 23.8, descontando-se da GARANTIA DE PAGAMENTOS o montante concedido de limite de crédito corporativo.

23.6. O limite de crédito corporativo será revisto anualmente ou em periodicidade inferior, a critério da VENDEDORA.

23.7. Para início do fornecimento objeto deste CONTRATO, a VENDEDORA declara que realizou a análise da qualidade de crédito da COMPRADORA e concluiu pela concessão de limite de crédito corporativo.

23.8. O valor requerido de GARANTIA DE PAGAMENTOS é resultado do produto de (i) 60 (sessenta) vezes a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA TOTAL (QDCT) pelo (ii) PREÇO DO GÁS (PG), considerando a PARCELA DE MOLÉCULA 1 e PARCELA DA MOLÉCULA 2 e PARCELA DE MOLÉCULA 3, na proporção das suas respectivas quantidades contratadas (QDC1, QDC2 e QDC3).

23.9. Observado o disposto no item 23.4, a COMPRADORA deverá oferecer à VENDEDORA uma das garantias de pagamento descritas abaixo em montante correspondente a diferença entre o valor requerido de GARANTIA DE PAGAMENTOS e o limite de crédito corporativo:

- (a) realização de depósito de recursos em conta vinculada específica aberta em favor da VENDEDORA (“*escrow account*”);

Assinado por:



Assinado por:



- (b) apresentação de Carta de Fiança Bancária, emitida em favor da VENDEDORA, por uma instituição financeira com sede no Brasil, com prazo de vigência de pelo menos 1 (um) ano ou prazo de vigência remanescente do CONTRATO, o que for menor, para assegurar o pagamento dos valores devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos do presente CONTRATO, e que possua:
- (i) ao menos duas classificações em escala global de longo prazo igual ou superior a BBB-pela Standard & Poors, Baa3 pela Moody's e BBB- pela Fitch, além de credit default swap (CDS) inferior a 300 pontos base; ou
 - (ii) ao menos duas classificações em escala local de longo prazo igual ou superior a brAA-pela Standard & Poors, Aa3.br pela Moody's e AA-(bra) pela Fitch.
- (c) constituição de qualquer outra GARANTIA DE PAGAMENTOS que seja formalmente aceita pela VENDEDORA, apresentada por (i) uma sociedade controladora (*Parent Company*), ou sob controle comum da COMPRADORA, ou (ii) por uma terceira pessoa ou entidade. Em qualquer desses casos, a garantidora deverá possuir avaliação de crédito, bem como as condições de garantia previamente aceitas pela VENDEDORA;
- (d) a combinação de 2 (duas) ou mais GARANTIAS DE PAGAMENTOS dentre as previstas nas alíneas acima.

23.10. Em caso de inadimplemento pela COMPRADORA das obrigações de pagamento descritas neste CONTRATO, a VENDEDORA poderá, no 31º (trigésimo primeiro) DIA imediatamente após a respectiva data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, executar a GARANTIA DE PAGAMENTOS eventualmente ofertada nos termos desta cláusula, no valor correspondente ao montante não pago do DOCUMENTO DE COBRANÇA, acrescido dos encargos ou penalidades aplicáveis, calculados para o período decorrido desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos pelo garantidor da GARANTIA DE PAGAMENTOS.

23.11. Na hipótese de execução da GARANTIA DE PAGAMENTOS pela VENDEDORA, esta deverá notificar a COMPRADORA sobre o ocorrido em até 2 (dois) DIAS úteis.

23.12. Na hipótese da execução das garantias descritas nas alíneas "a" a "d" do item 23.9, a COMPRADORA deverá restabelecer o valor inicial da GARANTIA DE PAGAMENTOS, nos termos do item 23.8, no prazo de até 30 (trinta) DIAS contados da data de vencimento do(s) respectivo(s) DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA inadimplido(s) que tenha(m) ensejado a execução das GARANTIAS DE PAGAMENTOS.

Assinado por:



Assinado por:



CLÁUSULA VINTE E QUATRO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES

24.1. Nos termos da legislação vigente, as PARTES expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma eleita pelas PARTES, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das PARTES ao presente instrumento.

Salvador, 17 de dezembro de 2024.

GALP ENERGIA BRASIL S.A.

Assinado por:
Frederico Pereira

Frederico Patricio dos Santos Pereira
Diretor Financeiro

Assinado por:
Thiago Arakaki

Thiago Siguenobu Vargas Arakaki
Procurador

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

DocuSigned by:
Luiz Raimundo Barreiros Gavazza

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Diretor Presidente

Assinado por:
Larisse Karina Stelitano G. Oliveira

Larisse Karina Stelitano G. Oliveira
Diretora Técnica e Comercial

TESTEMUNHAS:

Assinado por:
Makyo de Araújo Félix

Nome: Makyo de Araújo Félix

Signed by:
Júlio Dantas

Nome: Júlio de Matos Dantas

Certificado de Conclusão

[Redacted]			Status: Concluído
Assunto: Complete com o Docusign: Contrato de Gás Galp e Bahiagás - Processo 5222-24 - v.assinatura.pdf			
Envelope fonte:			
Documentar páginas: 53	Assinaturas: 6	Remetente do envelope:	
Certificar páginas: 6	Rubrica: 53	Laura Ferreira	
Assinatura guiada: Ativado	Selos: 106	Avenida República, Centro.	
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado		Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 20031-170	
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		[Redacted]	

Rastreamento de registros


Status: Original	Portador: Laura Ferreira	Local: DocuSign
17/12/2024 16:52:20	[Redacted]	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Carla Obadia Dreux de Toledo		Enviado: 17/12/2024 17:04:08
[Redacted]		Visualizado: 17/12/2024 17:15:04
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		Assinado: 17/12/2024 17:26:27
	[Redacted]	

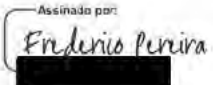
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/12/2024 17:15:04		
[Redacted]		
Flávia Pires		Enviado: 17/12/2024 17:04:09
[Redacted]		Visualizado: 17/12/2024 17:22:30
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		Assinado: 17/12/2024 17:31:47
	[Redacted]	

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 29/08/2024 15:54:00		
[Redacted]		
Tatiana Portugal		Enviado: 17/12/2024 17:04:09
[Redacted]		Visualizado: 17/12/2024 18:19:11
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		Assinado: 17/12/2024 18:22:04
	Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado	
	[Redacted]	

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 17/12/2024 18:19:11		
[Redacted]		
Frederico Pereira		Enviado: 17/12/2024 18:22:37
[Redacted]		Visualizado: 18/12/2024 07:42:50
CFO		Assinado: 18/12/2024 10:39:14
CFO galp		
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado	
	[Redacted]	

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 18/12/2024 07:42:50		
[Redacted]		

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
<div>Julio Dantas</div> <div></div> <div>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</div> <div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 18/12/2024 09:32:29</div> <div></div>	<div>Signed by: <i>Julio Dantas</i></div> <div></div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado</div> <div></div>	<div>Enviado: 17/12/2024 18:22:38</div> <div>Visualizado: 18/12/2024 09:32:29</div> <div>Assinado: 18/12/2024 09:32:54</div>
<div>Larisse Karina Stelitano G. Oliveira</div> <div></div> <div>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</div> <div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 18/12/2024 08:42:18</div> <div></div>	<div>Assinado por: <i>Larisse Karina Stelitano G. Oliveira</i></div> <div></div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado</div> <div></div>	<div>Enviado: 17/12/2024 18:22:40</div> <div>Visualizado: 18/12/2024 08:42:18</div> <div>Assinado: 18/12/2024 08:42:40</div>
<div>Luiz Raimundo Barreiros Gavazza</div> <div></div> <div>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</div> <div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 18/12/2024 08:42:18</div> <div></div>	<div>DocuSigned by: <i>Luiz Raimundo Barreiros Gavazza</i></div> <div></div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado</div> <div></div>	<div>Enviado: 17/12/2024 18:22:38</div> <div>Visualizado: 17/12/2024 19:47:33</div> <div>Assinado: 17/12/2024 20:04:55</div>
<div>Makyo de Araújo Félix</div> <div></div> <div>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</div> <div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 17/12/2024 19:47:33</div> <div></div>	<div>Assinado por: <i>Makyo de Araújo Félix</i></div> <div></div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado</div> <div></div> <div>Assinado com o uso do celular</div>	<div>Enviado: 17/12/2024 18:22:39</div> <div>Visualizado: 17/12/2024 18:24:48</div> <div>Assinado: 17/12/2024 18:26:14</div>
<div>Thiago Arakaki</div> <div></div> <div>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</div> <div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 17/12/2024 18:24:48</div> <div></div>	<div>Assinado por: <i>Thiago Arakaki</i></div> <div></div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado</div> <div></div> <div>Assinado com o uso do celular</div>	<div>Enviado: 17/12/2024 18:22:39</div> <div>Visualizado: 18/12/2024 06:29:52</div> <div>Assinado: 18/12/2024 06:30:18</div>
<div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</div> <div>Não oferecido através do DocuSign</div>		
Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	17/12/2024 17:04:09
Entrega certificada	Segurança verificada	18/12/2024 06:29:52
Assinatura concluída	Segurança verificada	18/12/2024 06:30:18
Concluído	Segurança verificada	18/12/2024 10:39:14
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Petrogal Brasil SA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Petrogal Brasil SA:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: nathalia.ferraz@petrogalbrasil.com

To advise Petrogal Brasil SA of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at nathalia.ferraz@petrogalbrasil.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Petrogal Brasil SA

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to nathalia.ferraz@petrogalbrasil.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Petrogal Brasil SA

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to nathalia.ferraz@petrogalbrasil.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Petrogal Brasil SA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Petrogal Brasil SA during the course of your relationship with Petrogal Brasil SA.